

Mudanças de rumo

Novo ministro da Justiça e Segurança Pública já foi favorável à ampliação de compra e posse de armas e ao juiz de garantias. Mas sua principal cartada seria a indicação de um Policial Militar para a Senasp, o que provocaria um redirecionamento na condução da pasta

A substituição de Sergio Moro no Ministério da Justiça e Segurança Pública terá grandes implicações para área de Segurança Pública. Não se trata simplesmente da troca do titular da pasta. Ao contrário de Moro, que tinha agenda própria e gozava de popularidade, o novo ministro André Mendonça terá que pactuar sua agenda política com diversos atores dentro e fora do governo.

Em seu discurso de posse como ministro, Mendonça disse que, além do combate à corrupção, ele também vai priorizar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, aos crimes contra a vida, e à violência contra as mulheres e crianças. O novo ministro declarou também que trabalhará pelo fortalecimento dos agentes de segurança pública e por uma atuação integrada com estados e municípios no combate à criminalidade.

Como Advogado-Geral da União, André Mendonça se manifestou pela validade do decreto presidencial 9.785/2019, que ampliou as possibilidades de compra e posse de armas no Brasil. No texto, ele defendeu que o decreto era compatível com “as normas legais sobre legítima defesa, como forma de proteção da propriedade, da vida e da incolumidade física do indivíduo e de sua família contra atos injustos e ilegais de violência e opressão”. Em relação ao pacote anticrime, quando a AGU foi solicitada a se manifestar sobre o tema pelo STF, Mendonça enviou parecer defendendo a instituição do juiz das garantias.

A maior mudança nos rumos do ministério diz respeito ao papel das Polícias Militares. A provável indicação de um Policial Militar para a Secretaria Nacional de Segurança Pública sugere um redirecionamento na condução da pasta. Atualmente a secretaria é dirigida por um general do Exército, que formou uma equipe com oficiais do Exército e delegados federais. O último policial militar que foi secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp) foi o Coronel PM de São Paulo, José Vicente da Silva Filho, nomeado em 1994 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Embora não tenham muita visibilidade, alguns policiais militares já vêm exercendo influência no atual governo. A maior presença da Polícia Militar no Ministério da Justiça e Segurança Pública aumentará seu protagonismo político no plano federal, uma vez que na esfera estadual a força da corporação é sentida em todos os estados da federação há muito tempo .

A presença de Policiais Militares altamente qualificados é mais do que bem-vinda para a condução das políticas federais de segurança pública. Entretanto, ela é vista com certa desconfiança por alguns setores. Alguns policiais temem que este protagonismo faça ainda mais sombra nas já combatidas Polícias Cíveis. O mesmo se observa entre os profissionais de perícia.

No plano federativo também tem surgido preocupações. Por serem um dos principais grupos de apoio ao presidente Bolsonaro, a possibilidade de uma ligação direta do governo federal com os policiais militares preocupa os governadores. O episódio recente da greve de policiais militares no Ceará mostrou o quanto esta ligação pode ser explorada politicamente.

A preocupação de outras instituições e de alguns governadores é legítima. Mas não se pode negar a capacidade de gestão de muitos quadros das Polícias Militares. Por isso, a palavra chave para o sucesso da nova gestão federal de segurança pública é pactuação.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f-4ydkp>

